

04/12/2018 às 05h00

Mercado se mobiliza para evitar indicação política em estatais

Por Rita Azevedo | De São Paulo

Entidades de mercado, lideradas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), vão intensificar esforços contra a mudança na Lei de Responsabilidade das Estatais.

Na semana passada, a Câmara enviou ao Senado o texto do projeto de lei (PL) de fortalecimento das agências reguladoras que, entre outros pontos, libera novamente indicações de políticos e seus parentes nas próprias agências e em companhias estatais. Se o texto for aprovado, seguirá para a sanção presidencial.



Mauro Cunha: "Se não tivermos determinadas blindagens, muitas indicações políticas serão maquiadas pelo mérito"

>> **Leia mais:** [Eunício afirma que vai barrar 'desvirtuamentos'](#)

Diante dessa possibilidade, o IBGC se movimenta em Brasília para "sensibilizar" senadores sobre as consequências da mudança na lei. "Procuramos agendar reuniões com os próprios parlamentares interessados no assunto ou, ao menos, com seus assessores", disse Richard Blanchet, membro do conselho de administração do IBGC.

A iniciativa deve ser apoiada por outras entidades como a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e o Instituto Ethos, que já se manifestaram contra a mudança na lei em outras ocasiões. "Temos feito contato com outras instituições para que outras entidades se mobilizem contra o projeto", disse Blanchet.

Em julho, o IBGC se manifestou contra a possível volta de indicações de políticos. A nota foi endossada pela Amec e pela Apimec. Outras instituições, como o Ethos, divulgaram notas separadas, em que pediam a "preservação da lei das estatais e de seus princípios de governança". As manifestações voltaram após o envio do PL ao Senado.

>> **Leia mais:** [Acadêmicos veem retrocesso perigoso na mudança](#)

O IBGC acredita que a liberação de políticos em estatais é um "duro golpe" contra a independência e os interesses públicos que devem pautar a atuação dessas companhias. "Vemos a aprovação do texto atual como um retrocesso na governança das estatais", afirmou Blanchet. "A partir do momento que você volta a permitir isso, aumenta a possibilidade de as estatais serem capturadas por interesses político-partidários."

A volta das indicações políticas

Normas para preenchimento de cargos em agências e estatais

Como é?

Desde 2016, a Lei das Estatais proíbe que pessoas que atuaram, nos últimos 36 meses, no comando de partidos políticos ou em trabalho vinculado à campanha eleitoral e seus familiares ocupem cargos de comando em empresas geridas pelo Estado.

Qual era a proposta do PL das Agências?

Votado em 2016 no Senado, o projeto buscava fortalecer as agências reguladoras, removendo o vedado de

O que foi mudado na Câmara?

Senado passado, um novo projeto criou dispositivo que permite as indicações políticas para as agências e avalia com a restrição imposta para diretores e conselheiros de estatais.

O que vai acontecer agora?

O Senado vai avaliar qual versão do projeto de lei das agências seguirá para sanção de Temer, com a

Inicialmente, o PL 6621/16, conhecido como "projeto das agências", tratava de estabelecer regras de gestão de agências reguladoras, responsáveis por regular e fiscalizar atividades econômicas como mineração e energia elétrica. O texto, aprovado pelo Senado em 2016, seguia a mesma linha da Lei de Responsabilidade das Estatais: proibia que quem exerceu

cargos em campanhas política ou de direção partidária nos últimos 36 meses assumisse cargo comissionado. Parentes de políticos com mandatos eletivos também não poderiam ser nomeados.

Na comissão especial que analisou o PL na Câmara foram aprovadas algumas mudanças ao texto original que liberam as indicações políticas nas agências e revogam o próprio dispositivo da Lei das Estatais que trata da proibição. Agora, os senadores devem decidir se a versão do texto com ou sem a liberação da contratação de políticos irá valer. A expectativa é que o Senado aprove o texto que saiu da Câmara e o projeto de lei siga para a sanção de Temer.

>> **Leia mais:** [Mudar órgão regulador é 'desprofissionalizar', diz especialista](#)

Brasil

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Bolsonaro quer concessão de mais seis blocos de aeroportos até 2022
05h01

IPCA cai 0,21% em novembro, menor taxa para o mês desde 1994
09h33

Brasil já tem mais de 5 milhões de crianças na extrema pobreza
05h01

Na economia todos vão falar a mesma língua
05h00

Ver todas as notícias

Videos



Mercado ganha mais um título com isenção fiscal, a Letra Imobiliária Garantida
05/12/2018



Indicadores Brasil

O relator do projeto na Câmara, deputado Danilo Forte (PSDB-CE), disse que não faz sentido tratar dirigentes partidários de forma diferente dos demais cidadãos. Para ele, a aprovação do projeto de lei que cria regras para as agências reguladoras - incluindo as mudanças na Lei das Estatais - é importante frente ao cenário de grave recessão, uma vez que contribui para o aumento da segurança jurídica, importante na análise de investimentos.

"Tirar o mérito de quem tem mérito só porque ele é político é criminalizar os políticos. Eu não posso discriminar pessoas pela função social que elas ocupam", disse Forte, citando o caso de Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central. "Ele tem mérito, mas, se quiser ir para a Petrobras, não poderá por causa da Lei das Estatais."

Em nota, Forte afirmou que a decisão da Câmara de enviar logo ao Senado o PL das Agências também foi baseada na situação econômica do país e na demanda social por maior eficiência dos gastos públicos, "uma vez que a uniformização da legislação referente às agências reguladoras já se encontra atrasada desde 2005". "Não seria concebível perder a oportunidade de aprovação de meses e meses de trabalho e negociações."

Mauro Rodrigues da Cunha, presidente da Amec, contestou a ideia de que o texto atual da PL das Agências possa ajudar na melhoria da economia. "A politização de agências reguladoras e de estatais causa desemprego, uma vez que espanta investimentos no país", disse Cunha ao **Valor**. "Isso é totalmente inconsistente com o que foi visto no Brasil no passado."

Para Cunha, a discussão atual não é sobre o mérito dos políticos e de seus parentes, mas sim para garantir a blindagem das estatais contra possíveis interferências político-partidárias. "Se não tivermos determinadas blindagens das empresas, muitas indicações políticas serão maquiadas pelo mérito." A inclusão do "jabuti" no PL das Agências, diz Cunha, é a "velha política mostrando sua cara, mostrando que ainda está viva e que quer continuar na troca de favores".

Compartilhar 43 Tweet Share G+

CONTEÚDO PUBLICITÁRIO

Recomendado por



LINK PATROCINADO

19 Coisas que os americanos fazem e nós brasileiros não entendemos

DESAFIOMUNDIAL



LINK PATROCINADO

Frigideira que nada gruda com oferta exclusiva. Clique e Confira.

GRANCHEF



LINK PATROCINADO

É possível ganhar muito dinheiro investindo em dólar, afirma analista

TORO RADAR



LINK PATROCINADO

Dores articulares? A solução foi descoberta e é natural.

CIÊNCIA MAIS



LINK PATROCINADO

Em Seu Casamento, Noivo Choca a Todos Confessando Seu Amor Por

COOLIMBA



LINK PATROCINADO

Aos 54 anos ele descobriu um segredo que elevou a potência ao extremo

HOMEM FORA DE SÉRIE

Variação em %

Indicador	nov	out	set	12 m*
IPCA	-0,21	0,45	0,48	4,05
IGP-M	-0,49	0,89	1,52	9,68
IGP-10	-0,16	1,43	1,20	10,25
Prod. Industrial**		0,2	-1,8	2,3
IBC-BR**			-0,09	1,66

Veja as tabelas completas no ValorData

Fontes: IBGE, FGV e BC. Elaboração Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado ** Dessazonalizado

Edição Impressa

07-12-2018



Accesse o índice do jornal impresso e selecione as editorias e matérias que quer ler. Conteúdo exclusivo para assinantes.

Revistas

Inovação



Ação imediata

Newsletter

O melhor conteúdo em economia, negócios e finanças gratuitamente direto em seu e-mail.

